

Sumário

Agradecimentos.....	11
1. Fundamentos do Garantismo Processual: Introdução.....	19
1.1. A origem do termo garantismo.....	19
1.2. Garantismo não é contrajurisdicional	21
1.3. Garantismo não é o oposto de legalidade	21
1.4. Garantismo não é abolicionismo	22
1.5. Garantismo e falsas absolvições.....	23
1.6. Três significados para o garantismo.....	23
1.7. Uma Constituição para a Terra? Garantismo e desenvolvi- mento teórico contínuo	25
1.8. Garantismo: perspectivas críticas	25
1.9. Teoria Geral do Processo e garantismo	28
1.10. O que será tratado neste livro: tópicos de teoria do pro- cesso e garantismo.....	29

2. Garantismo e verdade? Falsas condenações, falsas absolvições, a concepção epistêmica e racionalista da prova. Direitos humanos e a verdade nos acordos.....	35
2.1. Concepção Epistêmica da Verdade, Racionalista da Prova e as Proposições Jurídicas sobre o Verdadeiro.....	41
2.2. Verdade processual em Luigi Ferrajoli: a busca da verdade em torno dos fatos e das normas mencionadas no processo	48
2.3. Verdade negociada? Justiça Multiportas no Processo Penal	52
3. Verdade opinativa? Garantismo e a teoria da interpretação realista, moderada e responsável: a interpretação moderada e tendencialmente cognitiva do Direito.....	63
3.1. Paradoxo do Texto-Escrito e a Ineliminável Interpretação dos Precedentes	63
3.2. Paradoxo metodológico brasileiro: <i>common law</i> (processo constitucional) e <i>civil law</i> (processo infraconstitucional) ...	67
3.3. Os precedentes como fonte e norma jurídica e a interpretação cética, moderada e responsável	71
3.4. Legalidade e interpretação no pós-formalismo interpretativo: interpretação realista, moderada e responsável.....	75
3.5. A distinção entre texto e norma na aplicação judicial do direito	78
3.6. O direito como segurança ou incerteza? A interpretação jurídica entre nobre sonho, pesadelo ou vigília	81
3.7. Ferrajoli e a interpretação realista? A relação entre garantismo analítico e hermenêutica jurídica	90
3.8. Conclusão parcial	92
4. Lealdade processual e garantismo? Por quais razões o garantismo deve englobar a proteção dos direitos das vítimas e o papel do Processo Penal em um Estado Democrático Constitucional	95
4.1. Proteção da vítima.....	96
4.2. Ministério Público, das Cortes Supremas e da Corte IDH na proteção da vítima	98

4.3. Ganho epistêmico	101
4.4. Garantismo selvagem? Defesa <i>no</i> processo e não defesa <i>do</i> processo	109
4.5. Tratamento adequado da vítima	111
5. O que significa ser um juiz garantista? Poderes instrutórios do juiz e sua compatibilidade com o garantismo na busca da completude fática	117
5.1. Pós-positivismo inclusivo do positivismo: constitucionalismo e ordenamento multinível	123
5.2. As necessidades de tutela a partir do conflito	126
5.3. Poderes probatórios para o juiz?	128
5.4. Resultado da prova e princípio da aquisição	131
5.5. Direito humano e fundamental à prova	134
5.6. Prova na justiça negociada?	134
6. Democracias de direitos? Garantismo enquanto uma forma relevante de implementar direitos humanos e fundamentais, mas não a única. A luta pelos direitos	139
6.1. Dez anos de pena máxima?	142
6.2. Objetivismo ético?	143
6.3. Garantismo (a)moral?	147
6.4. Renúncia de direitos fundamentais? Graus de proteção	155
6.5. Direitos humanos e direitos fundamentais entre privados? Aplicação horizontal	157
6.6. O Estado Democrático Constitucional garantidor de direitos fundamentais e o caso brasileiro: modelo ativista e coordenado de implementação de políticas públicas	159
6.7. Qual o âmbito de discricionariedade administrativa e discricionariedade legislativa em um Estado Democrático Constitucional?	164
6.8. Direitos fundamentais no ordenamento brasileiro	167
6.9. Possibilidade ou necessidade do Constitucionalismo Garantista no Direito Brasileiro? O Modelo Garantista (MG)	171

6.10. Modelo combinado de direitos fundamentais: princípios, regras e postulados (procedimentos)	188
7. O garantismo é compatível com precedentes normativos formalmente vinculantes no Processo Civil e no Processo Penal? O modelo garantista (MG) e a deontologia da formação, aplicação e superação de precedentes	207
7.1. Jusnaturalismo, juspositivismo ou jusconstitucionalismo? Três paradigmas em busca da validade do direito	208
7.2. Integrar o Rule of Law ao garantismo? Superando o fetiche da lei e a desconfiança da magistratura na construção da legalidade constitucional.....	210
7.3. O modelo integrado de ciência jurídica: filosofia, teoria, dogmática e multidisciplinariedade	214
7.4. Rule of Law e Estado Democrático Constitucional: Integração.....	217
7.5. Formação histórica das fontes do direito: o caso do Brasil	218
7.6. Jurisdição, legislação e constituição como paradigmas do direito na construção da democracia: <i>autoritas non veritas facit legem</i> e <i>veritas non auctoritas facit iudicium</i>	231
7.7. Aproximação das tradições jurídicas: além da oposição <i>common law/civil law</i>	237
7.8. Sistema codificado v. arbítrio judicial? A legalidade penal e o sistema garantista (SG) como limites ao legislador e ao juiz no Estado Constitucional.....	241
7.9. Legalidade civil e legalidade penal	249
7.10. Princípio da legalidade ou validade constitucional da norma? Os dogmas paleojuspositivistas da obrigação do juiz de aplicar a lei e da avaloratividade da ciência jurídica	259
7.11. Quando o juiz pode deixar de aplicar uma lei no Brasil? .	262
7.12. Judicialização de necessidades de tutela? Remédios/ações (<i>remedies precede rights</i>) e direitos subjetivos (<i>rights precede remedies</i>)	264

7.13. Compartilhamento das funções entre juiz e legislador? Legislador negativo e (re)construção da norma, superação da postura “neutra” do juiz.....	271
7.14. Precedentes, jurisprudência, decisão e <i>ratio decidendi</i>	277
7.15. <i>Stare decisis</i> e precedente: vinculação horizontal e vertical, distinção (<i>distinguishing</i>) e superação (<i>overruling</i>).....	285
7.16. Precedentes no direito penal? Sistema garantista e vedação ao juízo por analogia.....	300
8. Conclusão: Ainda e sempre o garantismo	313
Referências	321